



FACULDADE RATIO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

JOÃO JOSÉ ANTUNES DOS SANTOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO ÀS SECAS NO MUNICÍPIO DE
IPU-CE**

FORTALEZA-CE

Ano 2015

JOÃO JOSÉ ANTUNES DOS SANTOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO ÀS SECAS NO MUNICÍPIO DE
IPU-CE**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Ratio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Lucilli Grangeiro Cortez

FORTALEZA-CE

Ano 2015

S237p Santos, João José Antunes dos.

Políticas Públicas de Enfrentamento às Secas no Município de Ipu-Ce. / João José Antunes dos Santos. Fortaleza, 2015.
56 fls. Enc.

Orientador(a): Prof.^aDr.^a Lucilli Grangeiro Cortez
Monografia (Graduação) – Faculdade Ratio, Curso Serviço Social.

1. Seca 2. Governo 3. Políticas Públicas I.
Prof.^aDr.^a Lucilli Grangeiro Cortez II. Faculdade Ratio,
Graduação em Serviço Social III. Título

CDD 361
CDU 364

JOÃO JOSÉ ANTUNES DOS SANTOS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO ÀS SECAS NO MUNICÍPIO DE
IPU-CE

Monografia submetida à Coordenação do
Curso de Graduação em Serviço Social da
Faculdade Ratio, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^aDr.^a Lucilli Grangeiro Cortez
Faculdade Ratio

Prof.^a Ms.^a Ana Paula da Silva Pereira
Faculdade Ratio

Prof.^aMs.^a Kelly Maria Gomes Menezes
Faculdade Ratio

Dedico este trabalho ao meu SENHOR e meu DEUS, que além de me conceder dons, ensinou-me a compartilhá-los.

Aos meus pais, João Freire dos Santos e Raimunda Antunes dos Santos que para mim são fonte inesgotável de inspiração, conforto e amor, a vocês devem quem sou e o que faço.

A minha família, esposa Maria do Socorro e meu filho Henrique Jacó, pelo inestimável e importante apoio, amor e compreensão que me foram dedicados em toda minha vida.

Aos meus irmãos, Francisco José e Maria Luiza e meus cunhados Maria Elinete e Clebson Sousa e minha sobrinha Laura Beatriz, porque família é tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder o dom da vida e nela encontrar, de acordo com seus ensinamentos, paz de espírito nos momentos mais difíceis deste Curso. Ao Senhor, toda a minha devoção.

À minha família, minha mãe e meu pai irmãos e parentes, esposa Socorro, que contribuiu muito durante estes quatro anos, para a minha formação acadêmica e, especialmente, meu filho Jacó, a quem devo o gosto pelo bom, pelo belo e pelo justo. Obrigado por me amarem, por acreditarem em mim, por terem me proporcionado as maiores alegrias, por me ensinarem a sonhar e depois a lutar para concretizar este sonho e por ser a razão da minha vida. A vocês, toda a minha capacidade de amar.

À minha orientadora Professora Dr^a. *Lucilli Grangeiro Cortez*, que soube absorver e conduzir de forma esplendorosa as inquietações quando resolvi defender essa monografia. O seu modo de orientação adquirida através das experiências acadêmicas foi o aprendizado mais marcante que levarei para minha vida profissional. As titularidades de docência não encobriram sua simplicidade, característica dos Sábios, facilitando o diálogo e a escrita, tornando prazeroso o modo de aprender e ensinar. Obrigada por ter me aceito como orientando, pelo apoio e encorajamentos contínuos durante a realização deste trabalho e o empréstimo de material que tanto me ajudou no suporte teórico da pesquisa. A você, toda a minha admiração.

Aos meus amigos da Frente de Assistência à Criança Carente (FACC), que tem como coordenadora, a Assistente Social Monica Sillan, minha orientadora no estágio, a qual me permitiu ter um comprometimento profissional nas dimensões Ético Político, Teórico-Metodológica e Técnico Operativa, juntamente com sua equipe multiprofissional, Celinha, Mariazinha, Ada Melo, Claudia, Fernando Prado, Carlos Zanata, Rose Barbosa, Michael e Ana Lidia. A todos meu carinho e abraço.

A todos os professores que com carinho e amor me conduziram no processo ensino-aprendizagem, do qual sentirei saudades.

Aos companheiros e amigos do trabalho que me incentivaram na luta acadêmica. À Supervisora Técnica do Núcleo de Educação em Saúde e Mobilização Social (NESMS), Jecycléa, à qual desejo sucesso como discente na formação de psicóloga, e sua equipe de Campo: Aila, Célia, Cezar, Gilvan, Márcio, Marcos André,

Ricardo e Silvio. Outros atores que serviram de incentivo para minha graduação foram Itamar Mendes, Socorro Braga e ao mestre Willam Carvalho.

À Faculdade Ratio pelo apoio institucional. A vocês, todo o meu respeito. Obrigado aos companheiros (as) de Graduação durante o período de 2011/2015, especialmente aos amigos de todas as horas, em especial ao meu amigo Edgle Chagas, Mazér Aguiar, Ednei lima, Emanuela, Rafael, Rafaela e a Jucileuda, Edna, Lucélio, Monalisa, Luciana, Graça, Rosa, Elinete, Lourenço, Zilvania, Tania Sou, por ter podido contar com o incentivo e os bons conselhos de todas vocês ao longo desses anos.

“Tudo sofre e não resiste este fardo tão pesado,
no Nordeste flagelado em tudo a tristeza existe.
Mas a tristeza mais triste que faz tudo entristecer,
é a mãe chorosa, a gemer,
lágrimas dos olhos correndo,
vendo seu filho dizendo:
mamãe, eu quero morrer!”

Patativa do Assaré

RESUMO

A pesquisa em pauta teve como objetivo principal as Políticas Públicas no período das secas. Presentes na relação o sertanejo que reside na Região Nordeste, em evidência os moradores do município de Ipu no Estado do Ceará e os Representantes Governamentais que utilizam a máquina Estatal para o enfrentamento ao flagelo ofertado pelo clima semiárido do sertão. A monografia descreve as varias formas de o Estado afrontar as mazelas acometidas pela falta d'água no Município, notando uma forte influenciada prática do “apadrinhamento” e do “clientelismo” por parte dos chamados **coronéis**, estendendo os domínios privados para a esfera pública. A pesquisa utilizada foi a Qualitativa, com entrevista semiestruturada utilizando um roteiro previamente elaborado, ficando atento ao dialeto usado pelos entrevistados. O destaque observado com mais ênfase em todos os entrevistados foi o comparativo de positividade dos períodos das secas passadas diante do contexto atual.

Palavras-Chave: Secas, Políticas Públicas e Governo.

ABSTRACT

The research in question was aimed at the Public Policy during the dry season. In the relationship the countryman who lives in the Northeast Region, highlighted the residents of the municipality of Ipu in Ceará State and Government Representatives using the State machine to confront the scourge offered by the semi-arid climate of the hinterland. The monograph describes the various forms of the state confront the ills affected by water shortages in the city, noting a strong influence of the practice of "sponsorship" and "cronyism" by the so-called colonels, extending the private domain into the public sphere . The research used a qualitative approach, with semi-structured interview using a previously elaborated script, by watching the dialect used by the interviewees. The highlight observed more emphasis on all respondents was the comparison of positivity periods of past droughts on the current context.

Key words : Drought , Publicand Government Policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada
BCB - Banco de Crédito da Borracha
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CHESF- Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CODENO - Conselho deliberativo do Desenvolvimento do Nordeste
CODEVASF- Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CVSF - Comissão do Vale do São Francisco
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DNI- Departamento Nacional de Imigração
DNER- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS- Instituto Nacional do Seguro Social
IOCS- Inspetoria de Obras Contra as Secas
IOFCS- Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS - Lei orgânica de assistência Social
MI – Ministério da Integração
MDS- Ministério do Desenvolvimento Social
PRODEA- Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos
PRORURAL- Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PROHIDRO - Programa de Recursos Hídricos do Nordeste
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PCFM- Plano de Combate à Fome e a Miséria
PETI – Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil
SAVA- Superintendência para o Abastecimento do Vale Amazônico
SEMTA- Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia -
SNAPP- Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará
SESP - Serviço Especial de Saúde Pública
SUDENE - Superintendência do desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 A HISTORIA DAS SECAS NO NORDESTE BRASILEIRO	20
3 OCORRENCIAS DAS SECAS NO CEARÁ	24
4 POLÍTICAS PÚBLICAS OFERTADAS NA SECA	28
4.1 Enfrentamentos às secas na Nova República	29
4.2 Das políticas assistencialistas às políticas públicas de enfrentamento às secas.....	33
4.3 Políticas públicas que influenciaram indiretamente o enfrentamento às secas no Nordeste	38
5 OS RELATOS DOS RESIDENTES DO MUNICÍPIO SOBRE O ENFRENTAMENTO DAS SECAS	42
6 CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICES	55

1. INTRODUÇÃO

Este estudo busca compreender as ações governamentais desenvolvidas no Município de Ipu, no Estado do Ceará, em torno da problemática da falta d'água, procurando discutir a seca como uma expressão da questão social.

Portanto, o objetivo da pesquisa que deu origem a esta monografia, foi analisar as representações dos residentes do Município sobre o enfrentamento da seca.

As representações constituem uma junção de conhecimentos, através das quais um grupo de indivíduos compartilha suas vivências, tendo em comum experiência semelhantes, não perdendo o personalismo, sendo elaborada e compartilhada, direcionada para a construção de uma realidade histórica e inovadora, como ressalta por Guareschi (1996, p.18) que apresenta os elementos ligados a esse conceito:

- 1) É um conceito dinâmico e explicativo, tanto da realidade social, como física e cultural, possui uma dimensão histórica e transformadora;
- 2) Reúnem aspectos culturais, cognitivos e valorativos, isto é, ideológicos;
- 3) Estão presentes nos meios e nas mentes, isto é, ele se constitui numa realidade presente nos objetos e nos sujeitos; é um conceito relacional, e por isso mesmo social.

Durante o fenômeno climático das secas na zona rural, na maior parte da população atingida acontece o surgimento da pauperização, causando na maioria das vezes abandono da região, ocasionando o êxodo rural, consolidando o rompimento de laços familiares para quem não consegue sair da localidade e danos à saúde pela ausência do atendimento das principais necessidades básicas como alimentação e água, podendo chegar até ao óbito.

No final do século XIX, foram ofertadas algumas estratégias por partes dos gestores que eram responsáveis pelos municípios cearenses, onde havia camponeses flagelados em decorrência das secas, ocasião em que o trabalho em massa nas estradas de ferro foi uma das medidas encontradas. Na síntese da evolução histórica da Estrada de Ferro de Baturité, proposta pelo engenheiro Ernesto Antônio Lassance Cunha, em 1891, a ferrovia cearense é apresentada

como “estrada estratégica para minorar os efeitos das secas periódicas” que assolaram a região. (CAMPOS, 1982, p.16).

Devido ao grande flagelo em decorrência das secas que cominavam com o fenecimento de muitos sertanejos no início do século XX, varias famílias imigraram para a Capital, aumentando o êxodo rural no Ceará, mobilizando o Estado para essas tendências. Uma das políticas públicas de combate à seca e aos problemas que envolvíamos retirantes foi à criação da comissão de Obras Novas Contra as Secas. Assim, uma das estratégias do Governo Federal para acalmar os ânimos dos retirantes e impedir que uma quantidade maior invadissem as cidades foi à criação de obras públicas no Interior do Estado. (CASTRO,2010, p. 97)

A pesquisa que norteou esta monografia foi realizada no município de Ipu no Ceará. De acordo com o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2003, a incidência de pobreza na localidade era de 53,51% do total de habitantes. Os dados de 2010 demonstram que a área demográfica é de 629.315 km², tendo uma população de 40.296 habitantes. A população estimada para o ano de 2014 está prevista para 41.292 habitantes.

O Município de Ipu encontra-se a Noroeste do Estado do Ceará, sendo a Mesorregião do Noroeste Cearense e na Microrregião homônima. Seu nome é de origem indígena (Tupi), que significa Queda D'água, na sua gênese chamava-se Vila Nova do Ipu Grande, e pertencia à Comarca de Guaraciaba do Norte, se emancipando no dia 26 de agosto de 1840. Seu período chuvoso dar-se-á de Janeiro a Maio. O ponto turístico de maior expressão é a Cachoeira da Bica, que se precipita de 135 metros de altura da Serra da Ibiapaba, sendo citada até em grandes obras literárias como no livro *Iracema* de José de Alencar.

O Município faz limites: ao norte Reriutaba e Pires Ferreira; ao sul com Ipueiras; ao leste com Hidrolândia; e a oeste com Guaraciaba do Norte. A latitude é de 4°, 19', a longitude: 40° 49' e a altitude: 240,27m do nível do mar. O município fica 257 km de Fortaleza, Capital do Ceará. O seu acesso acontece pela Rodovia: CE-187, CE – 032, e CE – 157.

A economia do Município baseia-se na agropecuária, indústria e comércio. Durante sua construção até os dias atuais a cidade é conhecida como um verdadeiro "curral-eleitoral" para a oligarquia local, pois usa a máquina estatal para admissão ou demissão de funcionários, se tornando a maior empregadora para fins eleitorais em 1987. Quem nasce nessa localidade chama-se ipuense.

A hidrografia de Ipu consiste nos Rios Acaraú, Jatobá e Inhuçu e riachos do Engenho, Mulungu, S. Félix, Albina, Gamelecia, Sambaíba e Ipuçaba. Possui os Açudes Bonito e Araras. A sua vegetação é característica da caatinga e floresta espinhosa e tropical. Durante a sua gênese o flagelo ocasionado pela seca transformou a cidade, utilizando-se da mão de obra sertaneja ocasionada pelas frentes de serviços. Segundo Araújo:(2007, p.1):

Vila Nova do Ipu Grande, até a segunda metade do século XIX era um lugarejo perdido em meio às seculares trilhas coloniais que entrecruzavam os sertões bravios de Canindé e Quixeramobim, e as estradas acidentadas e íngremes que conduziam às fronteiras da fértil e isolada cordilheira da Ibiapaba. A famosa seca de 1877-79 dera partida a um conjunto de ações pontuais das autoridades no sentido de transformar a esquecida Vila numa plataforma de escoamento para a produção algodoeira desta área. No início do séc. XX a cidade de Ipu conheceu um grande surto de desenvolvimento alimentado pela economia algodoeira e pela estrada de ferro de Sobral, conquistando destaque econômico e político em toda a região norte e central do Estado. Nesta ocasião, as elites locais e regionais realizaram uma série de obras públicas patrocinadas pela “indústria da seca”, fornecendo recursos públicos para a execução de obras hídricas ou infra estruturais que seriam úteis para o beneficiamento de grupos privilegiados ou para o atendimento da coletividade.

A pesquisa qualitativa que orientou a monografia procurou oferecer respostas aos questionamentos das políticas públicas ofertada pelo Estado no período das secas nesse Município. Segundo Goldemberg (2004, p.6):

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza. Estes pesquisadores se recusam a legitimar seus conhecimentos por processos quantificáveis que venham a se transformar em leis e explicações gerais. Afirmam que as ciências sociais têm sua especificidade, que pressupõe uma metodologia própria.

Os pesquisadores devem escolher seus entrevistados em um processo de obtenção de amostras, e não de acordo com que acreditam serem as pessoas que sabem mais sobre tal assunto, não dando oportunidade a outras, que realmente podem enriquecer sua pesquisa com riqueza de detalhes, como explica Goldemberg:

Em princípio, o pesquisador entrevista as pessoas que parecem saber mais sobre o tema estudado do que quaisquer outras. Acredita-se que essas pessoas estão no topo de uma hierarquia de credibilidade, isto é, o que dizem é mais verdadeiro do que aquilo que outras, que não conhecem tão bem o assunto, diriam. Na verdade, o pesquisador não deve se limitar a ouvir apenas estas pessoas. Deve também ouvir quem nunca é ouvido, invertendo assim esta hierarquia de credibilidade. (, 2004, p.85).

Portanto as fontes primárias foram informações coletadas através de entrevistas semiestruturadas, uma técnica utilizada quando se procura indagações além do que foi listado e o entrevistado narrou relatos que permitem gerar outros pontos de vista, rumos e teorias para o aprofundamento da investigação, definindo novas estratégias e outras ferramentas. Para Mattos, o pesquisador tem de ser flexível para com a construção de novas questões que poderão surgir no decorrer da entrevista:

Na entrevista semiestruturada, o investigador tem uma lista de questões ou tópicos para serem preenchidos ou respondidos, como se fosse um guia. A entrevista tem relativa flexibilidade. As questões não precisam seguir a ordem prevista no guia e poderão ser formuladas novas questões no decorrer da entrevista (2005 p.).

As entrevistas foram gravadas para análise posterior. O uso dessa tecnologia enriqueceu com detalhes a monografia. Os participantes da pesquisa são residentes no Município de Ipu, os quais vivenciaram o fenômeno das secas.

As entrevistas são de uma vital importância para a monografia, pois concretizam ou não as escritas que norteiam a pesquisa, o empirismo narrado pelas representações focadas pelo entrevistador, enfatiza a credibilidade da dissertação.

Para Gil (1999), a entrevista é seguramente a mais flexível de todas as técnicas de coleta de dados de que dispõem as ciências sociais.

A entrevista utilizada na pesquisa foi a semiestruturada, onde foram expostas perguntas abertas, ocasionando informações diversas e livres, gerando outros dados, instigando outras dúvidas, fugindo de uma padronização de questionários objetivos.

Na gênese das entrevistas a identificação do pesquisador foi divulgada, assim como o motivo pelo qual a indagação do tema era explorado. Os entrevistados ficaram cientes da gravação da conversa concordando com o uso do aparelho tecnológico, objeto que facilitaria futuramente uma melhor interpretação dos testemunhos relatados pelos atores da pesquisa.

O local das entrevistas deu-se nas residências dos moradores entrevistados. Após uma breve apresentação e cumprimentos, o ambiente se encontrava perfeito para as indagações. Na maioria dos encontros os entrevistados se mostraram ansiosos no que poderia acontecer. O tempo aproximado de duração nesse processo foi de 40 a 60 min.

Os entrevistados na pesquisa foram; Expedito Campos (84 anos); Francisca Emídio da Conceição (88 anos); Francisco Ângelo (83 anos); Maria das Dores Mendes Melo (81 anos); José Mesquita Martins (73 anos); Maria do Carmo Soares (75 anos) e Lindete Pires Camelo (30 anos), testemunhas das atuações do Estado no enfrentamento às secas.

As fontes secundárias, ou a pesquisa bibliográfica foram consultadas em autores contemporâneos que nortearam esta monografia como Elizabete 'Mota' com o livro, *A Seguridade Social Brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes*; Marcel Bursztyn, em *Ligações Perigosas: proteção social e clientelismo no Semiárido Nordeste* e outros mais como Vicente de Paula Faleiros, foram buscados os clássicos da literatura e artigos documentais para o embasamento desta obra.

Durante o processo acadêmico foram encontradas várias questões a respeito do que se pretendia ofertar no término da graduação. Ao obter conhecimento em um seminário que a própria Faculdade proporcionou, sobre os campos de concentração existentes no Estado do Ceará, surgiu o interesse sobre o objeto de pesquisa a ser defendido com esta monografia.

Ao adentrar mais profundamente nas leituras que envolviam o tema, e descobrir a existência de um campo de concentração durante os anos de 1915 e 1932, no município de Ipu, foi possível constatar que alguns residentes daquela região, que em sua maioria, são desconhecedores dessas práticas discriminatórias utilizadas pelo Poder Executivo no período.

2. A HISTÓRIA DAS SECAS NO NORDESTE BRASILEIRO

A seca é um acontecimento climático que ocorre no clima semiárido, manifestando-se na diminuição da produção agropecuária, gerando uma crise social e transformando-se em um problema político. O fenômeno das secas ocasionado pela ausência de chuvas traz em si questões que perpassam pela falta de água. É a negação das garantias de direitos aos indivíduos por parte do Estado, ocasionando flagelo e o rompimento de vínculos familiares, como ressalta Costa (2008, p.6).

Ela se caracteriza não pela simples insuficiência de chuva e água, mas quando, em concorrência com esse fator climático, há a fome, desaparecimento de espécies de sementes crioulas, a perda de patrimônio, de rebanho, migração, a falta de perspectiva, doenças físicas e mentais e o desamparo.

São grandes os desafios encontrados pelos sertanejos da região Nordeste do Brasil. A principal são as consequências que a falta d'água ocasiona, pois muito dos camponeses dependem das chuvas para o cultivo dos roçados. Sem esses recursos naturais o agricultor não consegue manter as necessidades básicas de sobrevivência, chegando ao flagelo, como descreve Duarte (2001, p.425):

Em termos geográficos a região mostra-se bastante heterogênea, apresentando grande variedade de situações físico-climáticas. Dentre estas se destaca a zona sem-árida, que, além da sua extensão de 882.000 km² (cerca de 57% do território nordestino), singulariza-se por ser castigada periodicamente por secas. As secas podem ocorrer sob a forma de drástica diminuição ou de concentração espacial e/ou temporal da precipitação pluviométrica anual. Quando ocorre uma grande seca a produção agrícola se perde, a pecuária é debilitada ou dizimada e as reservas de água de superfície se exaurem. Nessas condições, as camadas mais pobres da população rural tornam-se inteiramente vulneráveis ao fenômeno climático.

Os residentes interioranos nordestinos são alvo da Onda do Leste, fenômeno esse que impede o avanço das chuvas para o interior do Nordeste e o Estado do Ceará, é um dos mais prejudicados por sua localização geográfica, sendo castigado durante seis a oito meses do ano. Paiva (2014) explica que:

A onda de Leste são áreas de instabilidades provenientes do continente africano que atravessam todo o Oceano Atlântico carregando umidade nesta época do ano. As pancadas são intensas e ficam concentradas nas cidades que margeiam o litoral, incluindo as capitais nordestinas da faixa leste. O fenômeno consiste em ventos úmidos que sopram do oceano que, infelizmente, não possuem força suficiente para levar as áreas mais secas do interior da região. (2014)

A luta dos residentes do interior nordestino contra a seca, de acordo com a literatura existente, surgiu desde o descobrimento do Brasil, e o descaso das autoridades a respeito desse fenômeno tem origem na dominação da Coroa portuguesa nas terras brasileiras e tem se reproduzido na contemporaneidade. Embora sejam empregadas outras formas de políticas públicas, porém, o resultado das ações se mostra inerte a questão social ocasionado pela ausência de chuvas no sertão. “Castro entende que o “uso político da seca vem sendo reproduzido até os dias atuais, transformando-a num cavalo de batalha em cujos costados se põe toda a culpa da miséria nordestina” (1968, p. 90)”.

Longe das principais capitais sulistas do Brasil, até o início do século XX, o Nordeste tinha pouca visibilidade no contexto socioeconômico e político brasileiro. O fenômeno das secas era natural para as autoridades. Elites e republicanos locais, não buscavam soluções para o enfrentamento as secas, como ressalta Albuquerque, (2011, p. 13).

Até meados de 1910, o Nordeste não existia. Ninguém pensava no Nordeste, os nordestinos não eram percebidos, nem criticados como gente de baixa estatura, diferente e mal adaptados. Aliás, não existiam. “As elites locais não solicitavam, em nome dele, verbas ao Governo federal para resolver o problema de falta de chuvas, da gente e do gado que morria de fome e de sede”.

O fenômeno das secas ocorrido no sertão nordestino foi relatado por vários escritores, pintores e compositores do cenário brasileiro. Muitos filmes, pinturas e livros mostraram o sofrimento do sertanejo no Nordeste levando a imagem bizarra e anormal desses camponeses para as capitais sulistas. A exemplo desses, Raquel de Queiroz, com O Quinze Euclides da Cunha, Os Sertões e Graciliano Ramos em. “As “diferenças” e “bizarrias” das outras áreas são marcadas como rótulos de atraso, do arcaico, da imitação e da falta de raiz”. (Albuquerque, 2001, p.54).

Outra forma de expressar o sofrimento gerado pela ausência de água nos municípios do Nordeste é através da musica. O cantor compositor Luiz Gonzaga cantou a realidade e o desabafo de muitos nordestinos que tiveram de migrar para outras localidades, fugindo do clima semiárido. Como a “Triste Partida” composta nos cordéis de Patativa do Assaré, autor de outros versos como “Vaca Estrela e Boi Fubá”;

Aquela seca medonha fez tudo se atrapalhar, Não nasceu capim no campo para o gado sustentar O sertão esturricou, fez os açude secar Morreu minha Vaca Estrela, já acabou meu Boi Fubá Perdi tudo quanto tinha, nunca mais pude aboiar Ê êêêLa a aaa ê êêê Vaca Estrela,ô ôôô Boi Fubá”.(1979).

Na conjuntura atual, assim como no decorrer da construção do Brasil, há distintas formas de explicitar negativamente as características usadas no cotidiano nordestino pelos camponeses, são as sátiras humorísticas, nas quais são exposto a roupa, linguagem, higiene, cultura e condição socioeconômica. Em muitos casos o próprio nordestino satiriza o enfrentamento às secas da sua localidade para se inserir no mercado de trabalho artístico, alienando-se das praticas preconceituosas utilizadas pelas regiões Sul e Sudeste.

A curiosidade em torno desse Nordeste que era inventado, neste momento, como o “outro” de São Paulo, pode ser confirmado pelo sucesso do espetáculo de Cornélio Pires, apresentado no teatro Fênix em 1926, que se chamava “Brasil pitoresco’-Viagem de Cornélio Pires ao Norte do Brasil”, feito para que o público risse das “coisas pitorescas, exóticas, esquisitas, ridículas, dos irmãos do Norte”. Descobre-se o nordestino como um bom tipo para fazer humor. (ALBUQUERQUE, 2011, p.58).

Essa pratica artística também foi muito utilizada nos meados do século XX, pelos americanos que assistiam espetáculos em que os afro-americanos eram ridicularizados por suas características. Segundo Medeiros (2012):

Nos Estados Unidos, o uso de atores brancos – ou mulatos – com a cara pintada de preto, ou “blackfaced”, em papeis que ridicularizavam os negros foi prática comum nos tempos da segregação racial. Personagens como AuntJemima, Jim Crow (que poderíamos traduzir como Zé Urubu), Zip Coon, Buck, Jezebel, Pickaninny, Uncle Tom, Amos ‘n’ Andy e outros, que refletem os mais.

Grosseiros estereótipos a respeito dos afro-americanos e de sua cultura eram, não obstante – ou talvez por isso mesmo -, altamente populares entre as plateias brancas. Na década de 1960, com o Movimento de Direitos Civis, incluindo boicotes organizados por entidades como a NAACP, o uso desses personagens se reduziu enormemente, embora continue presente, de forma bastante atenuada, em algumas produções mais atuais.

O presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, Afonso Pena, ao executar a Lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906, adotou medidas para o enfrentamento as secas, criando um departamento para analisar o fenômeno climático, procurando dar respostas imediatas ao flagelo nordestino. “Cento e oitenta anos depois dos apelos iniciais, foi finalmente criada, em outubro de 1909, a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), inspirada no *ReclamationService*, surgido nos Estados Unidos em 1902”, conforme observa VILLA (2000, p. 95):

Dentre outras funções de dirigir e fiscalizações realizadas pela União no enfrentamento às secas, a (IOCS) usava a ideologia ligada a uma idéia de modernização, de levar o progresso ao sertão por meio da ciência, sua atuação era voltado para a realização de estudos sobre a região semiárida, porém, Após 10 anos de existência, constatadas inúmeras fraudes e desvios de verbas, a Inspetoria transformava-se em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), com objetivo de irrigar terrenos, conservar florestas e construir barragens e açudes privados, como também vias secundárias, conforme assinala.

3. OCORRÊNCIA DAS SECAS NO CEARÁ

Alguns fatores foram primordiais para o atraso no desenvolvimento do Ceará, dentre eles a estiagem, que flagelou e aniquilou milhares de camponeses que residentes no interior cearense, ficando sem receber a devida atenção dos lusitanos em 1530, pois não possuíam atrativos econômicos para proporcionar aos colonizadores de Portugal. Segundo Farias (1997, p.14):

Logo se concluiu que, no século XVI, ficou o Ceará praticamente esquecido pela Coroa portuguesa. E por qual razão isso ocorreu? Autores apontam razões como as correntes aéreas e marítimas- que dificultavam o acesso à costa cearense, a oposição dos índios à presença invasor português, a aridez do clima e até à presença constante de estrangeiros na região, impedindo a chegada dos portugueses. O motivo principal, contudo, foi à falta de grandes atrativos econômicos.

As praticas coronelistas foram grandes aliados para o aumento do flagelo no interior nordestino. Procedimentos que relembavam a era

medieval, onde o feudalismo predominava, existindo a relação de poder entre o suserano e o vassalo, em uma relação de exploração.(FARIAS, 1997, p.111):

Em condições normais, sem a ocorrência das estiagens, a existência do sertanejo era subumana. As massas estavam excluídas da sociedade. Não possuíam terras, nem outros bens, não tinham direitos - só o dever de obedecer ao coronel. Seu trabalho de 12 horas no cabo da enxada valia-lhe, quanto muito, um prato de comida. Mas a seca piorava tudo.

Nota-se a existência de registro do fenômeno das secas no Ceará, desde a colonização da Coroa portuguesa no Brasil, ficando notório que a questão estudada não só faz parte da conjuntura atual, como perpassa o início da história desse Estado, relatada por FARIAS: “Contudo, a pesada seca de 1605 a 1607 (a primeira registrada pela historiografia local) e os persistentes ataques indígenas levaram Pero Coelho a deixar o Siará em dolorosa caminhada, na qual pereceram de fome e sede alguns soldados e seu filho mais velho”. (1997, p.15).

Uma das primeiras grandes secas registradas no Ceará foi à de 1877 e 1879, quando na época do imperador Pedro II, um verdadeiro extermínio reduziu consideravelmente o numero de habitantes existentes nessa Província. Segundo Farias: “O Ceará possuía, ali, 722 mil habitantes; o êxodo atingiu cerca de 160 mil, calculando-se em 20 mil o números de mortos e em 300 mil os reduzidos á mendicância. Só em Fortaleza enterraram-se 80 mil cadáveres”. (1997, p.111)

Nos meados do século XIX, quem conseguia adentrar á capital alencarina¹ esbarrava na falta de estrutura e interesses do Governo, e, com o acúmulo de retirantes, proporcionava péssimas condições de higiene, ficando vulnerável a doenças epidêmicas. Segundo Farias, 1997, p.110).

Fortaleza, Aracati, Sobral, Granja, Camocim e outros povoados apinhados de flagelados (moradores, vaqueiros e pequenos proprietários sobre tudo). O sertão esvaziou. Muitos retirantes morriam nas estradas; os que alcançavam as cidades chegavam à beira do colapso e impressionavam pela subnutrição. Mais não era possível assistir a todos; e á fome seguiram-se as doenças. A varíola ceifou milhares de vidas, favorecida pelas péssimas condições sanitárias e pela ausência de qualquer medida preventiva.

Nesse mesmo período, governantes e médicos, procuraram entender as patologias que o fenômeno ocasionava. Neves menciona o caos acontecido na Capital, com o fechamento de casas e comércio, mudando o cotidiano da cidade, realidade que fortaleceu a necessidade de se construirum policia sanitária, momento se caracterizando como imaginário do “flagelado”, assumido em 1915 e que permanece até hoje. (1995 p.102).

Outros Municípios cearenses, em decorrência da estiagem, conseguiram manobras para se beneficiarem com a problemática da seca, explorando a mão de obra camponesa. “O início da construção da ferrovia” de Sobral estava ligado à grande seca de 1877 a 79, momento pontual em que as elites políticas da região passam a fazer uso do discurso da seca para dar início a um arrojado projeto de construção de uma infraestrutura vital para incrementar a produção algodoeira da região. Essas ações seriam essenciais para inserir a área dentro da dinâmica do mercado capitalista mundial.(Araújo, 2007, p.4).

Anos após a construção da ferrovia, os trens de ferro conduziram para a Capital, os retirantes fugidos da pauperização que afluía no clima semiárido do sertão. Segundo Araújo; “Ninguém esperava o que acabaria sucedendo a 20 de agosto do malsinado 1915; a descida do sertão, de trem, para Fortaleza, dos primeiros 300 flagelados. São aqueles vultos esqueléticos que demoravam desalentados, em Iguatu, e que parecem se repetir, indefinidamente, existindo em maior número”. ARAUJO (1982, p.19)

Figura 1- Estrada de ferro de Iguatu.



Fonte: Fotografia realizada em 1916, (ALBANO, 1918, p. 3).

As ferrovias que antes só tinham a finalidade de servir aos grandes produtores de algodão, agora serviam de rota para a cidade de Fortaleza. Os flagelados seguiam a linha ferroviária com o intuito de chegarem à Capital, e muitos ficavam pelo caminho, como descreve Araújo, (1982, p.19);

Durante toda a viagem (esse primeiro repórter do Ceará visitava em trem especial o interior, acompanhando o Presidente da Província). Vimos numerosos grupos de “retirantes”, com trouxas na cabeça, baús, pobres trastes em demanda das estações. Vimos homens, mulheres, crianças, marchando ao longo da estrada, cobertos de andrajos, alguns quase nus. Muitos á vista do trem, paravam e punham-se a gritar para nós, pedindo esmola e socorro.

O estado físico daqueles retirantes apresentava características semelhantes observadas por Theophilo (1890, p.50):

Como era repugnante o aspecto da pele dos famintos! As funções da epiderme profundamente alteradas modificavam as qualidades físicas do invólucro cutâneo, tornando-se improficuo contra aquele estado fisiológico o maior asseio. A pele se tornara áspera e suja, desagregavam-se escamas de tamanho irregular, ao mesmo tempo em que uma secreção fétida destilava os poros!

O ambiente encontrado pelos retirantes nos campos de concentração fugia aos padrões básicos de sobrevivência. A política dos governantes não era para resolver os anseios dos flagelados, e sim, impedir o saqueamento e a multiplicação de doenças na localidade. Pouco importavam as condições sanitárias do campo, como relata Raquel de Queiroz em *O Quinze*, (1937, p.12):

Conceição atravessava muito depressa o Campo de Concentração. Às vezes uma voz atalhava: - Dona, uma esmolinha... Ela tirava um níquel da bolsa e passava adiante, em passo ligeiro, fugindo da promiscuidade e do mau cheiro do acampamento. Que custo, atravessar aquele atravancamento de gente imunda, de latas velhas, e trapos sujos!

O descaso com o bem-estar dos flagelados da seca no Estado do Ceará foi notado no decorrer das secas que já assolavam essas terras, no governo de Benjamim Liberato Barroso, no período de 1914 e 1916. Na “seca do 15”, a Capital estava em uma disputa de poderes, que envolvia o clero, coronéis, jagunços e políticos voltados para suas campanhas eleitorais e o Governo Federal, estava apático para a realidade encontrada no sertão cearense. Conforme FARIAS: “ O Estado (sem recursos e estando os governantes mais voltados para á política rasteira e o governo federal (insensível á problemática nordestina) praticamente se omitiram e mais uma vez se repetiu o macabro e triste quadro de martirização de nosso povo”. (1997, p. 157).

4. POLÍTICAS PÚBLICAS OFERTADAS NAS SECAS

Políticas Públicas são ações estabelecidas pelo Estado para com a sociedade civil, visando à garantia de direitos básicos para a sobrevivência do indivíduo, que resultam em varias providencias como ressalta MATTOS. “Políticas públicas aqui entendidas como o “Estado em ação”; é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. (Gobert, Muller, 1987 apud MATOS, 2001, p.31).

São inúmeros as obrigações do Estado frente à sociedade civil, garantidos pela Constituição Federal: saúde, segurança, moradia, educação, emprego e bem-estar social são algumas delas. As arrecadações através de impostos possibilitam o retorno desses direitos ao contribuinte e ao não contribuinte. Como frisou Bobbio:

Dessa forma, “Hobbes foi identificado como o Estado Absoluto, Locke com a Monarquia parlamentar, Montesquieu com o Estado Limitado, Rousseau com a Democracia, Hegel com a Monarquia Constitucional e assim por diante”. Poderíamos seguir por essa trilha na qual encontramos que ao Estado são atribuídas as mais variadas funções: positivas – emulação dos indivíduos, mantedor da ordem geral, satisfação do bem comum e outras – ou negativas- coerção da insaciabilidade dos apetites desordenados individuais, da criminalidade. (BOBBIO, 1988, 54 apud SHONS, 2008, p.103).

As autoridades negligenciavam o serviço público aos flagelados, as suas preocupações limitavam-se dentre outras, as brigas partidárias. Os fenômenos das secas eram compreendidos como natural. “Poucos meses após ser empossado como interventor Carneiro de Mendonça enfrentou grave crise, não política, mais climática. Era a catástrofe seca de 1932. Milhares de pessoas pereceram de fome, de sede e de doenças, tendo em vista a pouca assistência do governo. Este, por meio da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IOFCS) limitava-se quase ao alistamento de sertanejos para trabalhar na construção de açudes e estradas”. (1997, 186).

O estudo busca entender como as políticas públicas no Brasil intervêm nas condições sociais dos camponeses dos Municípios, para a amenização da miséria, ocasionada na região do semiárido. Segundo OLIVEIRA, (2003, p.119)

A história da Assistência Social tem sido pródiga em demonstrar o quanto essa Cultura Política tem sido capaz de legitimar a Assistência Social como ação emergencial e restrita aos exclusivamente pobres, carentes e desassistidos de toda sorte. A esses predestinados cabe o apoio moral da sociedade que, imbuída do desejo de socorrê-lo da miséria e da pobreza,

termina confirmando sua submissão e dependência a uma lógica perversa e legitimadora das desigualdades.

Em 1915, o Município de Ipu no Estado do Ceará, utilizou as frentes de serviços, tanto para serem utilizadas para conter o flagelo dos sertanejos, como propiciou desenvolvimento da cidade, segundo ARAUJO (2007, p.3):

Uma outra saída foi a ocupação desses migrantes como trabalhadores nas obras públicas e privadas financiadas pelo Estado para socorrer as vítimas das secas, práticas que têm sido frequentes na história do semiárido brasileiro. Entre tais obras, estiveram: o prolongamento da Estrada de Ferro de Sobral, a construção da estrada de rodagem de São Benedito, açudes, pontes, prédios públicos, entre outras. As obras serviam na mesma medida para conter os problemas agravados pelas secas e para promover a modernização da cidade com um conjunto de obras de urbanização, propiciadas pelas modernas práticas de disciplinamento da população de migrantes, e pela rigorosa disciplina do trabalho produtivo.

4.1. Enfrentamento às Secas na Nova Republica

Antes da Constituição de 1988, o que existia eram praticas voltadas para o conjunto da população, executados em geral com a responsabilidade da sociedade civil. Com a estruturação da assistência social como política pública, passou-se a ter o marco de política garantidora de direitos. Bursztyn (2011, p.41), assim explica o fato:

Uma novidade surgiria ao final dos anos 1990, acenando com a possibilidade de inovação no cardápio das políticas sociais: as transferências de renda a populações em situação de pobreza. Até então, todos os instrumentos eram, de certa forma, réplicas ou adaptações dos mecanismos do Welfare-State: previdência, saúde, educação, cestas básicas, assistência social etc.

A assistência social assumiu novos contornos após ser inserida, pela Constituinte de 1988, no âmbito da Seguridade Social. Com isso, o assistencialismo foi reconhecido como uma política pública, integrando, juntamente com as políticas de saúde e previdência, um sistema de proteção social. Houve um alargamento dos direitos sociais e do campo da proteção social no País, com a expansão da responsabilidade pública no enfrentamento de problemas até então deixados sob responsabilidade da iniciativa privada. (BICCA, 2011).

No final do século XX e início do século XXI, foram impostas medidas respaldando-se no modelo WelfareState, criado nos países europeus, devido à expansão do capitalismo após a Revolução Industrial, e que nasceu com o objetivo

de melhorar os padrões de qualidade de vida da população, outrora cercada de desigualdades sociais. Segundo Mota (2009, p. 154).

Os impactos econômico-sociais gerados nas famílias atendidas, assim como nos Municípios, sinalizam os contornos da referida centralidade que vem adquirindo a Assistência Social. É sabido que, na maioria dos casos, os benefícios pagos pela política de assistência social, através de programas de transferências de renda, acabam assumindo um importante peso na renda, quando não, a única fonte de renda das muitas famílias nas localidades mais longínquas do Brasil.

Utilizando-se do potencial de geração de energia do Rio São Francisco, foi fundada (1945) a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF).

No Governo de Eurico Gaspar Dutra em 1946, a Constituição brasileira reservou no orçamento do Governo Federal, 3% da arrecadação fiscal direcionado a região nordestina, procurando assim novas soluções para o enfrentamento às secas. Em 1948, criou-se a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), hoje denominada Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). (NETO, 20014)

Em 1952, No governo de Getulio Vargas, foi criado o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). A idéia era de criar uma instituição de crédito de médio e longo prazo específica para o Nordeste, para dar seguridade aos municípios.

1959, ano que foi criado o Conselho deliberativo do Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), tendo Celso Furtado como diretor e encarregado de lutar pela aprovação da Superintendência do desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no congresso Nacional. Neste ano a SUDENE foi instituída.

Na década de 70, o Governo federal estimulou a modernização na região Nordeste, beneficiando os grandes latifundiários, não investindo diretamente na população mais pobre, a mais vulnerável à seca, visando uma política mais ampla de "proteção social", ao contrário, expôs margem para ações clientelistas e patrimoniais, características histórica e contemporânea dessa região. Segundo Gaspar (2015)

A partir da seca de 1970, surgiu o Programa de Redistribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra), em 1971, com o objetivo de promover uma reforma agrária pacífica no Nordeste, pela compra de terra de fazendeiros, de modo espontâneo e por preço de mercado. Em 1974, foi instituído o Programa de Desenvolvimento de Terras Integradas do Nordeste (Polo nordeste), para promover a modernização da agropecuária em áreas selecionadas da região. O Projeto Sertanejo, lançado em 1976, viria atuar nas áreas do semiárido visando a tornar a sua economia mais

resistente aos efeitos da seca, pela associação entre agricultura irrigada e agricultura seca.

Outro benefício ofertado pelo do Governo Federal, Emílio Garrastazu Médici, em 1971, em seu terceiro ano, foi o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL); aposentadoria por velhice e invalidez; pensão; auxílio-funeral; Serviço de saúde e serviço social. Segundo. (Gaspari, 2002, p.210)

Além disso, em 1971 Médici criou o Pro rural, estruturando o sistema de aposentadoria dos trabalhadores do campo. Concedia meio salário mínimo mensal a todo lavrador ou pequeno proprietário que completasse 65 anos. Ampliado nos governos seguintes, haveria de se transformar no maior programa de renda mínima do país, um dos maiores do mundo. Tudo isso num regime de pleno emprego.

Em 1978 Política Nacional de Irrigação que enfatizava a função social da irrigação, foi criada direcionada para ações de resistência à seca e combate à pobreza no Nordeste. No ano seguinte houve a implementação do Programa de Recursos Hídricos do Nordeste (Pro hidro), onde foram envolvidos a cooperação com o Banco Mundial, para reforçar recursos financeiros por meio da construção de açudes públicos e privados e perfuração de poços. Mais tarde o programa foi renomeado para Pró-água.

Em 1981, o Programa PROVÁRZEAS, nasce para prestar auxílio ao pequeno agricultor, e em 1984 o Ministério da Integração (MI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) acordou a aprovar a implantação de médias empresas nos projetos de irrigação, podendo ocupar até 50% dos perímetros.

Já em 1985, foi implantado o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Projeto Nordeste), Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, propondo-se a erradicar a pobreza absoluta.

Implantado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na década de 90 e sequenciado no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula em 2003, os programas de transferência de renda juntamente com ações de investimentos na área social, foram políticas públicas que indiretamente amenizaram o sofrimento sertanejo, incentivando na área da educação e saúde. Segundo MARINHO (2007, p. 479):

Destaca-se o elevado percentual de recursos destinados à área social. Os programas de transferência de renda (Bolsa Família, Benefício de Prestação

Continuada e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) respondem por cerca 65% do total dos recursos aplicados. Em seguida, vêm os investimentos em educação, recursos hídricos para abastecimento da população, gestão ambiental e saúde.

A Divulgação do Mapa da fome no Brasil em 1993, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ocasionou uma pressão popular, acarretando a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), elaborando e coordenando o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA). De acordo com o Ministério da agricultura:

A organização da sociedade é condição essencial para as conquistas sociais e para a superação definitiva da pobreza. O CONSEA estimula a organização da sociedade para que ela faça a sua parte na formulação, execução e acompanhamento de políticas de segurança alimentar e nutricional, formados pelo poder público e por representantes da sociedade civil organizada.

Em 10 de Abril de 2002, foi criada uma ementa, de acordo com a lei nº 10.420, assegurando um benefício financeiro para os agricultores familiares da Região Nordeste, e outros Estados que estejam entre os Municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem. (Câmara dos Deputados do Estado do Ceará).

O seguro safra é uma ação do Governo federal, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (*Pronaf*) que resguarda quem sobrevive de atividade agrícola na região semiárida brasileira. Este seguro ainda permanece na conjuntura atual, tendo alguns requisitos para quem anseie obtelo, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário:

- Ser Agricultor Familiar (nos moldes do Pronaf)
- Ter renda bruta familiar mensal de até 1,5 (um e meio) salários mínimos. (excluindo aposentadoria rural)
- Cultivar áreas não irrigadas, de arroz, feijão, milho, mandioca e algodão;
- Área plantada deve ser de 0,60 hectare a 10 hectares;
- Efetuar a adesão antes do plantio (pagamento do boleto).
- Caso o agricultor perca a safra por motivo de seca, ele fará jus a uma renda Por tempo indeterminado.

4.2 Das políticas assistencialistas às políticas públicas de enfrentamentos as secas.

No final do século XIX, foram ofertadas algumas estratégias por partes dos gestores que eram responsáveis pelos municípios cearenses, onde havia camponeses flagelados em decorrência das secas, ocasião em que o trabalho em massa nas estradas de ferro foi uma das medidas encontradas. “Na síntese da evolução histórica da Estrada de Ferro de Baturité, proposta pelo engenheiro Ernesto Antônio Lassance Cunha, em 1891, a ferrovia cearense é apresentada como “estrada estratégica para minorar os efeitos das secas periódicas” que nos assolam”. (CAMPOS, 1982, p.16)

As ações de auxílio a quem estivesse necessitando de cuidados era restrita a quem procurasse o Estado, A diminuta ajuda dada pelos gestores em 1915, não iam de encontro à demanda. Muitos partiam de suas localidades seguindo a Estrada de Ferro ou estradas para Fortaleza, e os que conseguiam alcançar esse objetivo, chegavam nos limites de seus corpos, maltrapilhos e desesperados, e ainda contavam com a rejeição da sociedade vigente daquela capital, “Manuel de Freitas não precisou que lhe dissessem onde era a comissão de socorros públicos. seguiu com a caravana, acompanhando o lento caminhar do préstito da miséria. Mais de trinta minutos levaram para vencer uma distância de cem metros”. (THEOPHILO, 1889, p.50).

Desde a colonização brasileira que é constatada uma distribuição de serviços públicos voltados em torno de interesses particulares e patrimonialista. No Nordeste as práticas coronelistas e paternalistas dificultaram o desenvolvimento da Região, onde os recursos destinados a amenizar os problemas causados pela seca eram desviados, favorecendo a classe dominante, causando submissão dos sertanejos aos grandes latifundiários. Como ressalta OLIVEIRA (2003, p.105):

Muitas ações estatais são restritas a determinadas camadas da sociedade brasileira, gerando fragilidade na peleja das questões sociais existentes. Esse caráter de responsabilidade social do Estado para com seus cidadãos pressupõe uma visão de Proteção Social que tem como referência a universalidade de cobertura e de atendimento, em oposição a padrões restritivos e seletivos de acesso a serviço e benefícios sociais.

Devido ao grande flagelo em decorrências das secas que cominava o fenecimento de muitos sertanejos no início do século XX, varias famílias imigraram para a Capital, aumentando o êxodo rural no Ceará, mobilizando o Estado para essas tendências no Ceará. Segundo Castro (2010, p.97):

Uma das políticas públicas de combate à seca e aos problemas que envolviam os retirantes foi à criação da comissão de Obras Novas Contra as Secas. Assim, uma das estratégias do Governo para acalmar os ânimos dos retirantes e impedir que uma quantidade maior invadisse as cidades foi à criação de obras públicas no Interior.

Uma das primeiras ações para o enfrentamento às secas deu-se por volta de 1700. As consequências trazidas pela ausência de chuvas estavam afetando também os grandes latifundiários, que recorriam à Coroa portuguesa buscando soluções emergenciais. Segundo Marinho (2007, p.472):

A seca passou a ser considerada como problema relevante para os governantes somente no século XVIII, com o aumento da população e a expansão da pecuária. Os documentos oficiais passam a se referir às secas acusando os prejuízos econômicos sofridos pela população branca e as fazendas de gado e pelo aumento dos pedidos de ajuda à Coroa portuguesa para substituir os escravos que eram abandonados por seus senhores nos períodos de seca e morriam de fome. Por isso, a primeira medida adotada pela Metrópole foi no sentido de obrigar o cultivo da mandioca como alternativa alimentar.

No final do século XIX, foram poucos os esforços para amenizar o flagelo da população sertaneja localizada no Nordeste em decorrência das secas. Os recursos voltados para essa demanda eram insuficientes e desviados para fins privados. Uma das primeiras soluções encontradas foi o incentivo ao êxodo rural para o Estado do Amazonas, quando o Imperador D. Pedro II, ironizou a realidade existente no sertão semiárido. Como ressalta Farias (1997, p. 111):

Foram 3 anos sem chuvas, plantios ou colheitas. As autoridades imperiais pouco faziam, embora dom Pedro II tenha demagogicamente prometido 'vender as jóias da coroa para socorrer os flagelados'. Os recursos enviados eram diminutos, insuficientes e desviados. O governo estimulava a ida dos sertanejos para os cafezais do centro-sul ou, principalmente para a Amazônia.

Outra solução para o enfrentamento as secas que foram adotadas de formas secundárias, foram os campos de concentração, onde o principal objetivo era beneficiar apenas as classes elitizadas do Estado, evitando que suas propriedades fossem saqueadas, quando os sertanejos em fuga do sertão invadiam a Capital Alencarina¹, causando temor em toda cidade. Como ressalta NEVES (2011, p.93):

Esta iniciativa, tomada pelo então Presidente do Estado Cel. Benjamim Barroso, de concentrar os necessitados num único local dentro da capital, para onde afluía em determinada fuga, representou uma novidade no tratamento da questão da assistência aos desvalidos da seca. Até então, o governo permitia a construção de abarracamentos em vários pontos da cidade, meio aleatoriamente, conforme muito mais o confuso movimento de chegada dos sertanejos – que até 1877 vinham a pé de varias regiões longínquas do interior- do que uma lógica de localização baseadas nas técnicas urbanísticas e higienistas. “Assim, na grande seca de 1877,” esta imprevidência na escolha do local para os alojamentos dos emigrantes fez em breve sentir os seus perniciosos efeitos”, pois ficavam” a barlavento da capital’, espalhado pela cidade seus ares contaminados por doenças de varias espécies, contrariando frontalmente os exigentes saberes médicos então vigentes.

Perpetuando-se o fenômeno climático da ausência de chuvas no sertão nordestino, surgiu à indústria das secas, quando os benefícios ofertados pelo Governo Federal, eram apropriados pelos agricultores mais abastados e com vínculos políticos, aumentando cada vez mais as desigualdades nessas regiões. Segundo foi constatado por FURTADO (1997, p. 86):

¹

As máquinas e equipamentos do DNOCS eram utilizados por fazendeiros ao seu bel-prazer. Nas terras irrigadas com água dos açudes construídos e mantidos pelo governo federal, produzia-se para o mercado do litoral úmido, e em benefício de alguns fazendeiros que pagavam salários de fome [...] Em síntese, a seca era um grande negócio para muita gente.

No início da década de trinta, a Revolução Constitucionalista de São Paulo depositava em questão a obrigação de uma decisão imediata do “problema” da seca, onde as ações não teriam o envolvimento dos grupos locais nordestinos, e ainda exigiam do governo Getulista a elaboração de uma nova Constituição e a convocação de eleições para presidentes, fato esse que fez Getúlio Vargas se posicionar em defesa dos interesses das Oligarquias patrimoniais envolvidos nas relações de poder do sertão, que se aliou com o a Revolucionário de 30, bandeira levantada pelo governo da época. (NEVES, 200, p. 110):

Outras soluções encontradas pelos governantes para o enfrentamento às secas foram as Frentes de Serviços, alternativas que asseguravam a permanência dos sertanejos em flagelo longe da capital cearense, evitando o êxodo rural, porém, aumentando as mazelas que o clima ofertava, pois o acúmulo de doenças diminuía o tempo de vida desses camponeses, “cadáveres vivos que trabalhavam e seus benefícios eram desviados por uma comissão desonesta”. Como ressalva ALMINO (2013, p. 34):

A solução encontrada pelo Governo Federal para enfrentar as secas periódicas que aconteceram no Nordeste brasileiro eram as “Frentes de Serviços”. As frentes consistiam, em cada período de seca, em contratar (alistar) temporariamente milhares de trabalhadores vítimas de estiagem no momento para realizar serviços convenientemente não explicado. Geralmente as tarefas se resumiam em varrer estradas ou eventualmente realizar serviços em alguma fazenda particular de algum coronel. A título de salário/ajuda o governo federal pagava mensalmente a metade de um salário mínimo a cada alistado sem mais nenhum outro benefício trabalhista ou social. A administração das frentes de emergências sempre foi um escândalo. As vítimas da seca conseguiam alistamento tinham direito a receber a metade do salário mínimo, mas no bolso chegava muito menos. Havia a comissão desonesta e ilegal cobrada pelos inescrupulosos apontadores de horas indicado pelo figurão local que ameaçava de expulsão a quem não colaborasse.

Com o decorrer das secas foram buscadas estratégias para direcionar políticas para o enfrentamento da falta d’água no território nordestino. O Polígono das secas zoneava áreas que costumeiramente tinham problemas sociais devidos á estiagem. Além do Ceará, os Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Norte de Minas Gerais faziam parte deste projeto, que apesar de buscar soluções conjuntas para a problemática do clima semiárido, tropeçava nos desvios de verbas, e direcionamento de ações para fins particulares. Segundo Castro (2013, p.02):

O polígono das secas na década de 1950 foi marcado pelas estiagens de 1951-1953 e 1958-1959 e seus problemas sociais. Mesmo possuindo mais de 200 açudes públicos – que no projeto daria à população acesso a água para beber e plantar, minorando sofrimento – o que foi assistido foi uma recorrência dos dramas anteriores: fome, migração em massa, dizimação de rebanhos, invasão de cidades, saques, epidemias, mortes.

Outras formas de resolver a problemática da seca no sertão nordestino foram à migração para a Região Norte. Para MATINELLO (1985), em 1942 o Governo federal estimulou a ida de sertanejos flagelados pela estiagem ao Estado da Amazônia, estimando que o número de seringueiros aumentasse, aumentando a produção da borracha, material que estava em alta por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Vários órgãos e instituições foram criados para atender a demanda da locomoção; Banco de Crédito da Borracha, Departamento Nacional de Imigração; Superintendência para o Abastecimento do Vale Amazônico; Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia e Serviço Especial de Saúde Pública.

Muitos nordestinos que sobreviveram à seca e migraram para a “batalha da borracha” no Estado amazonense, foram acometidos e fencidos pela doença da *febre amarela*.

Propondo a analisar os problemas das secas e procurar respostas aos seus enfrentamentos, o presidente Juscelino Kubitschek criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), através do decreto 40.554, de 14 de dezembro 1956, chefiado pelo economista paraibano Celso Furtado. O GTDN propunha fundamentalmente a industrialização nordestina, com transformações na organização da agricultura regional. Segundo Aparecida (2012, p. 10);

Das atividades deste grupo nasceu, em 1959, o documento intitulado “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, que, segundo alguns autores, se apoiavam no relatório elaborado por Hans Singer, em 1953. Tratava-se de uma iniciativa consistente para analisar a problemática nordestina, procurando soluções e apresentando diagnósticos.

Durante esses anos foi notório o surgimento da “indústria da seca”, que é um fenômeno acontecido no Nordeste desde a sua colonização, em que na construção de açudes e barragens, onde o Estado assegurava a cultura de proteção aos grandes latifundiários, e grupos políticos que aproveitavam do flagelo da região em consequência da seca para a compra de votos, (voto de cabresto), e benefício dos latifundiários de maior porte, aumentando ainda mais a diferença entre a classe dominante e os camponeses, concretizando o clientelismo nordestino. Para Castro (2013, p.6):

Os alistamentos não tinham uma regra geral. Comumente nas mãos dos engenheiros e de outros empregados ordenados para fazer as listas estava à responsabilidade de negociar com a multidão. Os encarregados das obras tinham que acordar a capacidade da obra em abrigar muitos operários, a precisão técnica de cada uma delas e os deveres direcionados pelo diretor geral dos órgãos responsáveis pelas frentes de serviços. Era corriqueiro o hábito pelo qual autoridades públicas e particulares encaminhavam listas de pessoas para os funcionários do DNOCS ou DNER incluir nas obras objetivando assegurar assistência em tempos difíceis ao “seu pessoal”.

Posteriormente foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) no governo Juscelino Kubitschek, através da Lei nº. 3.692, de

15 de dezembro de 1959, cuja intenção era de amenizar o sofrimento dos residentes da Região, buscando soluções, no intuito de amenizar o problema das secas no sertão nordestino. Como atesta Neto (2010, p. 115):

A proposta inicialmente defendida pela SUDENE na voz de seus principais articuladores desmorona como castelo de cartas ao soprar do Aracati. A pretensão de não combater as secas, “e sim, de conviver com elas, criando uma agropecuária que tenha em conta a especificidade ecológica regional”. (FURTADO, 1989, p. 44), não encontra ressonância em nenhum dos projetos que a SUDENE implanta na região. A cada ocorrência de seca são reeditadas as antigas medidas, que ganham apenas novas designações – frentes de emergência, frentes de trabalho, frentes produtivas de trabalho – mas continuam tratando a problemática como ocasional. A fome decorrente da seca é solucionada com a distribuição de alimentos, de cestas básicas, de feiras, seja lá que designação o momento político adote. A sede é abastecida pelos carros pipas, normalmente movimentando novas especialidades da indústria da seca. Soluções emergenciais para problemas permanentes.

O surgimento das frentes de trabalho, onde a ação baseava-se na construção de estradas e açudes, voltava-se para o reajuste financeiro dos grandes latifundiários, nessa constância a demanda da população flagelada era muito maior que as várzeas cultiváveis a margens das barragens e impossibilitando o emprego de toda a força de trabalho existente na região. Segundo Burszty (1994, p. 101):

O resultado foi à consagração desses mecanismos enquanto instrumentos políticos, mas que se revelou ineficaz nos níveis econômicos e social. Assim sendo, o Estado precisou lançar mão, repetidas vezes, de medidas paliativas para evitar o efeito das secas. Foi o caso, por exemplo, do “exército de borrachas” e da organização de inúmeras “frente de trabalho”, para ocupar trabalhadores esfaimados que eram em grupos pela região, nos períodos mais agudos das secas, invadindo os vilarejos e pilhando os mercados.

No período da ditadura civil militar (1964/1984) no Brasil o assistencialismo agora oficializado, começou a ingressar no cotidiano dos brasileiros, e uma das metas era o enfrentamento às secas, onde o regime buscava soluções para amenizar as desigualdades ofertadas pelo clima semiárido. Segundo BRAVO (2009, p. 93):

Em face da “questão Social” no período de 64/74, o Estado utilizou para sua intervenção o binômio repressão-assistência, sendo a política assistencial ampliada, burocratizada e modernizada pela máquina estatal com a finalidade de aumentar o poder de regulação sobre a sociedade, suavizar as tensões sociais e conseguir legitimidade ao regime, como também servir de mecanismo de acumulação do capital.

4.3. POLÍTICAS PÚBLICAS QUE INFLUENCIARAM INDIRETAMENTE O ENFRENTAMENTO ÀS SECAS NO NORDESTE.

A Constituição Federal de 1988 foi o divisor de águas nas Políticas Públicas brasileira. A criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) fortaleceu indiretamente o enfrentamento às secas, oferecendo garantias de direitos a todos, independentemente de região, sendo conquista da cidadania, enquanto um

direito universal. A partir de então, a assistência social passou a ser direito do cidadão e dever do Estado.

Na década de noventa, foi criado o Plano de Combate à Fome e a Miséria (PCFM), pelo Presidente Itamar Franco (1993-1994). O programa estabelecia vínculos com a sociedade civil, buscando soluções para as desigualdades sociais ofertada pelo desenvolvimento econômico do Brasil, na oportunidade foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Segundo Peres(2005, p. 110):

O CONSEA havia surgido a partir do Plano de Combate à Fome e à Miséria (PCFM), criado em abril de 1993 por Itamar Franco, para articular as três instâncias de governo (municipal, estadual e federal) e a sociedade civil (através dos representantes dos movimentos sociais e ONGs) na revisão dos programas federais que haviam sobrevivido ao governo Collor de Melo e num projeto para o combate emergencial à fome e à miséria (PCFM).

O programa Comunidade Solidária substituiu o Plano de Combate à Fome e à Miséria (PCFM) em 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso que assinou o Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995.

A criação dos programas de transferências de renda, implementados pelos países de capitalismo desenvolvido, no modelo welfarestate e reproduzido no Brasil, coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia, buscando dar condições mínimas para os indivíduos que estão à margem da sociedade, retirando-os do quadro de miseráveis.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é uma transferência mensal de renda ofertada a pessoas com deficiência grave de qualquer idade, e idosos maiores de 65 anos, tendo renda familiar *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo. Segundo Medeiros (2007, p. 6):

O início da implementação do BPC, em 1995, deu-se no contexto de administração conjunta da previdência e da assistência social no governo federal. Embora a coordenação do programa hoje seja feita pelo órgão gestor da assistência social (o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome — MDS), o benefício é solicitado em agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a seleção dos beneficiários é feita em boa parte por médicos peritos da Previdência, que avaliam os deficientes que requerem o benefício quanto ao grau de incapacidade para a vida independente e o trabalho.

Em 1996, O PETI - Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil PETI nasce com objetivo retirar as crianças e adolescentes, de 07 a 14 anos, do trabalho que coloca em risco a saúde e segurança das crianças e adolescentes. De acordo com o portal da transparência de 2015: “O PETI é um programa do Governo Federal que visa erradicar todas as formas de trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos e garantir que frequentem a escola e atividades socioeducativas”.

Outra forma indireta que o governo Federal criou para beneficiar os flagelados da seca no Nordeste foi o programa Fome Zero, criado em 2003, em substituição ao programa Comunidade Solidária. Sua meta é o enfrentamento a fome e as suas causas estruturais, fatores determinantes causadores da exclusão social, envolvendo as três esferas de Governo (federal, estadual e municipal) e todos os Ministérios. Incidindo em um conjugado de mais de 30 programas complementares.

O Programa Bolsa Família é um direito social que garante a sobrevivência de famílias em estado de miséria, possui quatro programas que geram renda, através da transferência direta de capital, promovendo a saúde, Educação, segurança alimentar e assistência social, para as famílias cadastradas no Cadastro único, com possibilidade de acumular benefícios conforme a situação de cada família.

Dentre esses programas que visam acrescentar o favorecimento da diminuição da miséria foi o Programa Bolsa Escola. Surgido em debates acadêmicos em 1980, teve como seu defensor o sociólogo Herbert José de Sousa, o Betinho. Em janeiro de 1995 em Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira implantou o modelo em seu município. O Bolsa Escola federal foi implementado em 2001 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, e em 2003, foi incorporado ao Programa Bolsa Família pelo Presidente Lula. Segundo Ferro (2004, p.5)

Os programas de Bolsa Escola podem ser descritos como programas de renda mínimavinculada à educação. O programa federal é o responsável pela maior parte das transferências, cerca de 8 milhões de crianças em mais de 5 mil municípios. As famílias que têm direito ao benefício são as que possuem membros em idade escolar (entre seis e quinze anos completos) devidamente matriculados e com frequência maior ou igual a 85%. Podem ser inscritas até três crianças por família e paga-se à família uma mensalidade no valor de R\$ 15,00 por criança inscrita.

Os programas com o passar do tempo procuraram alcançar novos atores, buscar perspectivas futuras, buscando incentivar a educação para os jovens de condições financeiras baixa, tirando-os da ociosidade das ruas, onde ficam a margem da sociedade e os qualificando para o mercado de trabalho. Segundo o guia do Ministério da Previdência e Assistência Social, (2001, p. 2):

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, pautado na Emenda Constitucional nº 20, buscou definir uma proposta de ocupação para jovens de 15 a 17 anos em situação de risco e vulnerabilidade social, que não configure trabalho, mas que possibilite, de fato, sua permanência no sistema educacional e proporcione experiências práticas que o preparem para futuras inserções no mundo do trabalho.

O programa Nacional de Renda Mínima se insere no cotidiano brasileiro como mais uma busca de acender a economia dos indivíduos que querem sair da linha da miséria na Região Nordeste. São beneficiadas pelo Bolsa Alimentação gestantes, nutrizes, crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade, que estejam em risco nutricional, crianças órfãs de mãe ou filhas de mães soropositivas para o HIV/AIDS. De acordo com o Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. (2002, p.2)

O Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde: "Bolsa-Alimentação" instituído pela Medida Provisória n.º 2.206-1 de 6 de setembro de 2001, é um instrumento de participação financeira da União na complementação da renda familiar para melhoria da alimentação e destina-se à promoção da melhoria das condições de saúde e nutrição de 3,58 milhões de pessoas sendo 2,77 milhões de crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade e 803,0 mil mulheres gestantes e nutrizes.

Outro programa elaborado para indiretamente beneficiar os sertanejos que residem na região Nordeste e sofre com a estiagem nos Municípios é o Vale Gás. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate A Fome (2008):

O Programa Auxílio-Gás foi criado pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, com o objetivo de subsidiar o preço do gás liquefeito de petróleo às famílias de baixa renda. Como critérios de elegibilidade, somente podem receber o benefício desse programa as famílias que: possuem renda per capita máxima de até meio salário mínimo; estão registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; e são beneficiárias dos programas Bolsa Escola e/ou Bolsa Alimentação.

5. OS RELATOS DOS RESIDENTES DO MUNICÍPIO SOBRE O ENFRENTAMENTO DA SECA.

O arcabouço da pesquisa estruturou-se em relatos dos residentes do município de Ipu, totalizando 9 moradores: 4 mulheres e 5 homens, os quais vivenciaram o fenômeno das secas e as ações do Estado, visando solucionar o flagelo dos sertanejos, buscando alternativas para os moradores ipuenses e a demanda que emigrava daquela região. Segundo Rosas (2006, p.17):

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo.

Assim as escolhas desses entrevistados foram obtidas por relatos de outros moradores que ouviam os testemunhos dos mesmos, assim como, por serem os mais antigos da região. Foram entrevistados parentes e amigos desses residentes para dar mais veracidade às entrevistas, pois muitos deles ficavam desconfiados com a presença de estranhos, podendo as entrevistas serem depreciadas pela falta de credibilidade do entrevistador.

Os residentes entrevistados relataram que ouviram depoimento dos mais antigos moradores sobre as secas de 1915, quando morriam muitas crianças de fome e doenças, como: sarampo, diarreia, varíola, tuberculose. A cidade de Ipu era habitada por uma parte das elites econômicas e outra de uma população paupérrima e desnutrida, residindo em casas de pau-a-pique e de palha, vivendo miseravelmente nos terrenos desocupados na periferia, na beira dos açudes, e cada vez mais chegava imigrantes das comarcas vizinhas.

Com o passar dos tempos os enfrentamentos às secas se modificaram de acordo com a conjuntura do período, os interesses das oligarquias políticas credenciam as estratégias oferecidas. O objetivo principal das ações não estava ligado diretamente para dar condições básicas à população atingida, solucionando o problema, mas a ações clientelistas em que o beneficiado era a classe de maior poder aquisitivo da região.

O agricultor aposentado Expedido Campos, um dos cooperadores para este estudo, relembra que ouviu de seus pais sobre a chegada da estrada de ferro e a construção da Igreja Matriz. As pessoas morriam nas calçadas, o cheiro era muito

forte, e os retirantes não tinham o que comer: “Ouvi dizer que as pessoas comiam até calango”. (Entrevista realizada em 02 de abril de 2015)

O mesmo relata que seu pai comentava sobre o “campo de concentração” naquele Município, norteador possíveis causas dos inúmeros óbitos ocorridos nesse período: “tinha uma farinha veia chamada Suruim, misturada com água e tinha um pó dentro dela, verde, o que tinha pó dava uma caganeira mais montra do mundo, e a pessoa morriam”. Em continuação a sua fala, contou que as estruturas de moradia que abrigavam as famílias flageladas eram mínimas, os concentrados dormiam no chão em barracões feitas de palha, sem paredes.

O mesmo Expedito Campos, em seu testemunho, conta que os trovões e relâmpagos anunciavam a chuva, porém, uma pequena garoa molhava as terras secas do Município. Sua rotina nesse período era de trabalhar nas frentes de emergências oferecidas pelo governo federal. Após ingressar no trem “Maria Fumaça” na estrada de rodagem Sobral, seguiu para a povoação de Santa Cruz, antiga Reriutaba, onde atuava como ferreiro na construção da estação da Estrada de Ferro de Sobral.

Assim como todos os entrevistados que vivenciaram a seca de 58, trabalhando na construção do açude Araras, como também na estrada de rodagem Sobral, no final do mês recebiam 12 mil réis em mercadoria, não podendo levar a quantia em dinheiro, beneficiando os proprietários dos armazéns, tantos para os que vendiam para o Governo Federal, para distribuir com os trabalhadores. A saída alternativa encontrada pelos camponeses para a aquisição de moedas era a venda das mercadorias pela metade do preço.

O recebimento da “gratificação” era mensal, e o sertanejo andava até sete léguas com as mercadorias em um saco, nas costas ou na cabeça. O peso redobrava com a intensidade do calor, durante até 6 horas de viagem. A ociosidade era constante para a chegada em casa, pois a sobrevivência de filhos, cônjuges e parentes, dependia daquele esforço.

As condições de saúde no trabalho eram mínimas, muitos relataram que os tubos que continham a água para beber, estavam insalubres para o consumo, também continham girinos e lodo.

O que chamou a atenção nos testemunhos dos residentes do Município, é que na estiagem de 1932 e 1958, a falta d’água não era o fator preponderante para o flagelo da seca. Os açudes Araras e Bonito comportavam água, se houvesse

escavação para a construção de poços profundos, seus objetivos seriam alcançados.

Na década de 1930, a idéia de enfrentamento às secas, proposta pelo Governo Federal, era de procurar dissolver as tensões que se estabeleciam nos pontos de trem , assim como, evitar a migração para a Fortaleza pelas vias férreas, período em que durou de julho de 1932 a fevereiro de 1933. Com o crescimento das obras públicas a cidade teve seu desenvolvimento em alta.

Todos entrevistados mencionaram a seca de 32, onde havia um campo de concentração na localidade do Espraiado. Um local distante do centro de Ipu, onde a vastidão da mata escondia dos ipuense mais elitizados o genocídio que acontecia com os forasteiros e camponeses que nasciam naquela região. Comandado por Antônio Quixadá, que era o responsável por manter a ordem no cativeiro, quem entrasse não podia mais sair. Existia uma lista para controlar a demanda. A realidade desses cativeiros também é descrita por NEVES (2000, p.109): “Assim, um amplo programa de criação de campos de concentração, em que os retirantes fossem induzidos a entrar e proibidos de sair, foi implementado com total apoio da Interventoria Federal no Ceará”

Nessa época, os testemunhos foram mais instigantes, pois o empirismo relatado pelos entrevistados soava como desabafo. A memória muitas vezes lhe faltava nas entrevistas, a impressão que se tinha, era que não queriam lembrar as dificuldades sofridas pelas secas.

Figura 2: Campo de Concentração de Ipu



Fonte: Fotografia realizada em 1932, (MELO, 2013), Disponível em <<http://professorfranciscomello.blogspot.com.br/>> Acesso em 27 março 2015.

Francisca Emídio (Dona Chiquinha) relata que ia com sua mãe ao campo de concentração no Espraiado, para buscar comida. Ela expõe que sua genitora conhecia alguém que trabalhava no cativoiro, pois a quantidade de carne que recebia era muito grande, enquanto que para os concentrados a quantidade era menor. A entrevistada esclarece que a comida servida nesses campos era composta por farinha, juntamente com um pó verde, cuja característica e origem não soube explicar, e “carne de criação”. A aparência da comida era de um angú, que era feito em tachos para fazer rapadura, aproximadamente quatro. A comida era servida ao toque de uma sineta. Existia um chamador que era o encarregado de controlar a quantidade de ração distribuída às famílias, juntamente com dois fiscais.

As pessoas responsáveis pela segurança e tarefas do local obtinham certas regalias, apesar de também serem camponeses e estarem envolvidos com o problema das secas. Na distribuição da comissão havia um feitor para cada 50 chefes de família. Outros relatos constataram a barbárie na hora das refeições nesses estabelecimentos. Segundo RIOS (2014, p. 47):

A cozinha parecia o inferno. Pra acabar de estragar, os homens tinham um avental de couro vermelho. Aqueles homens tudo mexendo os tachos, as comidas... Era um fogo danado, aqueles homens brigavam com os pobres que chegavam e tinha uma cerca para evitar a invasão... Antônio Quixadá, que era o responsável pela distribuição da comida, vivia bebendo e aí era que a cozinha virava um inferno, ele brigava com todo mundo.

Os entrevistados comentaram que muitos retirantes após digerirem a refeição, passavam mal, com sintomas de vômito, muitas vezes com sangue e febre. Existia apenas um médico responsável pelo bem-estar dos concentrados, o Doutor Araújo, que trabalhava só com remédios caseiros. O índice de mortalidade era muito alto, e havia um local próprio para os cadáveres, o qual foi batizado de “Esteira de Morte”.

Um dos personagens mais descrito pelos colaboradores da pesquisa foi José Ângelo, o coveiro do campo de concentração. No momento em que estava enterrando os cadáveres se tocasse a sineta para as refeições sua atitude era de jogar terra no rosto do falecido e correr para o almoço. Logo após voltava para as atividades do funeral.

Em fevereiro de 1933, após a chegada do inverno, as portas foram abertas e quem conseguiu sobreviver ao genocídio retornou à sua localidade, pois o Estado não estava mais responsável pelo “bem estar” dos retirantes.

Em 19 de março de 1942, o Ceará decreta mais um estado de emergência diante da seca. Fortaleza começa a ser invadida pelos flagelados e retirantes do Interior do Estado, provocando um impacto dessas invasões sobre o comércio, sobre as autoridades locais e sobre a população urbana.

Nessa conjuntura novas estratégias foram criadas, e a “indústria das secas” se torna realidade. A sobrevivência dos camponeses cearenses dependia de articulações das oligarquias políticas da região, e as Frentes de Trabalho se tornaram a solução de enfrentamento às secas, beneficiando grandes latifundiários e articuladores políticos. Segundo Neves, 2000:

Uma "negociação coletiva através da arruaça" já estava em andamento, e os canteiros das obras públicas gerenciadas pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, reestruturado a partir do antigo IFOCS) transformaram-se imediatamente em arenas políticas onde se desenrolava um embate estranho de pressões e contrapressões, em que mais valia o envolvimento pessoal que domina os códigos da cultura do que uma racionalidade universal baseada na legalidade ou na capacidade técnica.

Figura 3: Estação de Reriutaba anos de 1950



Fonte: Disponível em <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/>> Acesso , em 27 março 2015.

Na seca de 1981 á 1985, os agravos ocorridos nesse período foram amenizados pelo possível progresso que se instalou no Município, tendo como principal atrativo, a visita à Bica do Ipu, ponto turístico responsável pelo desenvolvimento do comércio.

O sistema previdenciário e a assistência social modificou o enfrentamento às secas nessa conjuntura pela concessão dos benefícios dos trabalhadores rurais. Em muitos casos o provedor familiar era o aposentado, condições adversas encontradas nas secas anteriores, em que o sertanejo não dispunha de uma proteção social do Estado.

A entrevistada Maria do Carmo, relembra que o Ministério da Saúde, através da fundação Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), localizado na Rua Padre João Castro 1192, Centro de Ipu, oferecia cestas básicas para as famílias de poder aquisitivo baixo, os quais encontravam-se em situação de vulnerabilidade por ocasião da seca. Outra opção para fugir do flagelo da seca nessa conjuntura, foi a imigração para outras cidades, principalmente Fortaleza e Rio de Janeiro. A década dos anos de 1980, trouxe desafios para a sobrevivência da família. Seu cônjuge, muito cedo, buscou melhorias na “Cidade Maravilhosa”, e ao longo dos anos não deu mais notícia nem auxílio financeiro, dificultando a criação dos quatro filhos.

A atividade de trabalho de M^a do Carmo como lavadeira não era suficiente para as despesas da casa, tendo seu único filho, aos 9 anos que prestar serviços na Olaria local destinado à produção de objetos que utilizavam o barro ou argila. As tarefas começavam cedo às 4:00 hs, indo até as 11:30hs, retornando após o término das aulas às 17:00hs, tendo seu término as 18:00hs, trabalhando na construção de tijolos.(Entrevista realizada em 2 Abril de 2015)

Na conjuntura atual os programas de transferência de renda se torna indiretamente políticas públicas de enfrentamento às secas, oferecido pelo Governo Federal. A entrevistada Lindete Pires relata que recebe do Programa Bolsa Família a quantia de R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta Reais). Para ser beneficiada por esse Programa, seus três filhos devem estar matriculados na escola, cumprir a frequência exigida e manter o calendário de vacinação em dia. Apesar de já estarem com 5 anos de estiagem, as condições financeiras destes residentes estão longe da realidade da gênese do Município, pois conseguem o básico de sobrevivência através do Estado.

Poucos entrevistados tiveram a concepção de que as políticas públicas oferecidas pelo Governo eram medidas paliativas, com fins clientelistas. Outra parcela de entrevistados comentou que o Governo fez a parte dele ao concentrar os retirantes nos campos de concentração: “não tinham outra escolha”.

O que foi notório em todos os residentes é que a seca vivenciada na conjuntura atual não se compara com os períodos de 1915 e 1932, pois segundo afirmaram: “Agora tá bom demais, o governo ajuda”.

Francisco Ângelo, conhecido na localidade como “Chico Ceará”, apesar da vasta idade, demonstrou estar fora da alienação de que o Estado não é responsável pelo o bem estar da população que sofre com a estiagem nas regiões

nordestinas. O aposentado da Policia Federal contém em seu currículo o nível superior, tendo uma opinião crítica sobre o modelo econômico em que os residentes interioranos estão inserido, “fez 100 anos da seca do 1915 em Janeiro, e nada foi resolvido problema. O Brasil é o maior potencial de água doce do mundo, açude tem demais, o que falta é gestão autentica voltada para o povo”. (Entrevista realizada em 02 de abril de 2015)

6. CONCLUSÃO

Diante dos fatos apresentados o que se observa são as inúmeras soluções paliativas oferecidas aos camponeses da Região Nordeste pelos representantes governamentais brasileiros. As saídas encontradas para o enfrentamento às secas no Município de Ipu, no Estado do Ceará, são semelhantes às demais comarcas do sertão nordestino, onde é utilizada a prática clientelista e coronelista, fato que prepondera desde a colonização do Brasil até à conjuntura atual, prevalecendo a política de troca de favores e o voto de cabresto, ficando notório o desinteresse para a criação de políticas públicas que realmente solucionem o problema da miséria e pobreza, ocasionado pelo clima semiárido da Região.

As entrevistas revelaram que os camponeses residentes do Município entendem como natural as consequências ocorridas no período das secas, que o Estado nada poderia ofertar além do que foi feito para amenizar seus problemas. A grande maioria dos entrevistados culpou o clima semiárido, no tocante à falta d'água, como fator principal das mazelas sucedidas no Ipu.

Essa alienação pode ser consequência do baixo grau de escolaridade em que se encontra a maioria dos residentes entrevistados. A esfera federal, na gênese da construção da região Nordeste, não disponibilizava recursos suficientes para o desenvolvimento dessas localidades, não ofertando educação, saúde e moradia, denotando que a visão macro do Estado brasileiro não atinava os nordestinos e os detentores das terras de grande poder aquisitivo da região ambicionava a permanência dessa conceituação.

Foi constatado que as medidas realizadas no período das secas nesses municípios eram para evitar o êxodo rural para a Capital, e que os campos de concentração e as frentes de trabalhos e emergências continham a grande maioria dos retirantes agrupados, impedindo saques nos comércios e ações de grandes massas. Porém, causaram "holocaustos" nos territórios edificados, através de doenças causadas pela falta de higiene, má alimentação e desnutrição, forçando muitos sertanejos a migrarem para outros Estados.

Após a Constituição Federal de 1988 muitos direitos foram alcançados de forma indireta os residentes nos Municípios nordestinos, com ênfase na Comarca de Ipu. Os programas de transferência de renda fortaleceram o comércio local, e por serem concedidos pelo Governo Federal, dificultam manobras clientelistas locais,

aumentando de forma positiva o perfil sócio econômico da população rural, incentivando o nível educacional e a diminuição da mortalidade infantil através de vacinas. Esses procedimentos são originados do modelo *WelfareState*, e, após sua gênese, muitos saíram do estado de miséria para pobreza, porém, ainda são estratégias paliativas para o enfrentamento às secas.

Portanto, as consequências ocasionadas pelas secas ocorridas no sertão nordestino são “expressões da Questão Social”, onde o Estado negligencia a garantia de direitos, acarretando pobreza, violência, abandono, exploração, ganância, indiferença, fome e preconceito.

Como profissionais vinculados à Assistência Social, temos a convicção de que o Estado é responsável pelo bem-estar da sociedade civil e deve intervir se necessário, quando a família estiver com seus direitos violados pela ausência das necessidades básicas. Cabe aos gestores municipais, estaduais e federais estruturar saídas que venham a fortalecer a qualidade de vida e o acesso aos serviços básicos à população.

7. REFERÊNCIAS

AGRÁRIO, Ministério do Desenvolvimento, **Garantia-Safra**,2003, Disponível em <<http://documents.wfp.org/stellent> > Acesso em 4 maio, 2015

ALBANO, Ildelfonso. **O secular problema da seca**. Rio de Janeiro:Imprensa Oficial, 1918.

ALBUGUERGUE JUNIOR, Durval Muniz de; **A invenção do Nordeste**.- 5 ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

ALMINO, José Pinheiro, **Ações Políticas do Dr. Arrais ou prática política do Dr. Arrais**, 2013. Disponível em<<https://clubedeautores.com.br>> Acesso em 27 mar 2015.

ARAUJO,Raimundo Alves de, SILVEIRA, Edvanir Maia da, **A Seca e o Progresso: A Indústria da Seca no Ipu-Ce**. 2007. Disponível em <<http://www.uvanet.br/rhet/artigos>> Acesso em 26 mar 2015.

BICCA,Carolina Scherer ,**A Assistência Social após a Constituição Federal de 1988**. 2011.Disponível em <<http://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/>> acesso em 26 mar de 2015.

BURSZTYN, Marcel e Suely Salgueiro Chacon. **Ligações perigosas**. 2011. Disponível em <<http://www.plataformademocratica.org/>>. Acesso em 26 mar 2015.

BURSZTNY, Marcel, **O Poder dos Donos**,Editora: Vozes, Brasília, 1984.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Programa alimentação saudável**. 2002. Disponível em: <www.bvsmms.saude.gov.br > acesso em 3 junho 2015.

CAMPOS,Eduardo, **Estrada de ferro de Baturité e ação social**, Secretaria de Ação e Desporto, 1982.

CASTRO, Lara,É **“gente que só o diabo”**: **“trabalhadores-cassacos” no labor das obras contras as secas no Ceará (1950)**.Disponível em<<http://www.snh2013.anpuh.org>>. em 28 de Abril de 2015.

Lara de, **As retiradas para os campos de açudagem na seca “do quinze”** RevistasHistoriar, ano II, n. I (2010). Disponível em <<file:///C:/Users/ANYUNES/>> Acesso em 28 de mar 2015.

Josué. **Sete palmos de terra e um caixão**:2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

COLOMBO, Lucinéia Aparecida, **O desenvolvimento Regional Nordestino e o Papel da SUDENE**, 2012. Disponível em < <http://portal.anpocs.org/> > Acesso em 27 mar 2015.

DUARTE, Renato, **Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil**,2001. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/>> Acesso 27 de mar 2015
FARIAS, Aírton de. **História do Ceará**. Fortaleza: ed. tropical, 1997.

FERRO, Andrea Rodrigues, **Avaliação do Impacto dos Programas de Bolsa escola sobre o Trabalho Infantil no Brasil**, 2004, Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br> >acesso em 27 mar 2015.

FOME, Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate, **Bolsa Família**, 2014, Disponível em < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> > Acesso em 4 maio, 2015.

GASPARI, Elio.**A ditadura derrotada** ,Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

GUARESCHI, P. **Representações sociais**, *Florianópolis: Imprensa Universitária/UFSC*, 1996. (Coletâneas da ANPEPP, 10).

GOLDENBERG,Mirían, **A arte de pesquisar**, 8*ed. qualitativa em Ciências Sociais / 8' ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, Paulo. **A civilização da seca**. Fortaleza: DNOCS, 1981

HOLFLING, E. M. **Estado Políticas Publicas e Sociais**. 2001. Disponível em < <http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>>. Acesso em 26 mar.2015.

IAMAMOTO,Marilda Vilela, **O serviço Social na contemporaneidade**, 23 ed. – São Paulo, Cortez, 20012

Serviço Social no Tempo do capital *Fetich*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, RobertoAlves da Silva Marinho, **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Sem-Árido**: 2007. Disponível em <<http://www.bnb.gov.br/>>Acesso em 26 de mar 2015

MATTOS, P.; LINCOLN, **A entrevista não-estruturada como forma de conversação**,. 2005. Disponível em < <http://www.webartigos.com>> Acesso em 26 mar de 2015.

MEDEIROS, CarlosAlberto, **Zorra Total e Racismo Explícito, 2012**,Disponível em <<http://www.jorgedasilva.blog.br>> Acesso em 26 mar de 2015.

MELO, Francisco. **Seca-do-32**, 2013, Disponível em <<http://professorfranciscocomello>> Acesso em 26 mar 2015.

MESQUITA, Adriana de AndradeFreitas, Rita de Cássia dos Santos,**O Social em Questão**, 2013. Disponível em <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/>>Acesso em 26 mar 2015.

NEVES, Frederico de Castro; **Curral dos Bárbaros**,Ver. Bras. de Hist. S. Paulo, 1995.

Frederico de Castro, **Getúlio e a seca**, 2000, Universidade Federal do Ceara.
Frederico de Castro ;**Ligações perigosas**,.2011. Disponível em:
><file:///C:/Users/ANYUNES>< acesso em 27 mar 2015.

NUTRICIONAL, Conselho Nacional De Segurança Alimentar, Fome Zero,2003, Disponível em: < <http://www.agricultura.pe.gov.br>. > acesso em 27 mar 2015.

PAIVA, Priscila,**por que chove tanto litoral nordeste nesta época ano nada interior região**,2014, Disponível em <<http://www.canalrural.com.br>> Acesso em 26 de mar 2015.

PERES, Thais Helena de Alcântara, **Comunidade Solidária A proposta de um outromodelo para as políticas sociais**, – Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 1, jan.-jun. 2005

QUEIROZ, Raquel de. O Quinze. 33º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
RIOS, Kênia Sousa,**Engenhos da memória**,Editora da Universidade Federal do Ceará – UFC, 2014.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p.

SANTOS, Maria de Fatima de Souza. **Diálogo com a Teoria das representações Sociais**.Editora Universitária UFPE, 2005.

SILVA, RobertoAlves da Silva Marinho, **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Sem-Árido**, 2007. Disponível em <<http://www.bnb.gov.br/>>. Acesso em 26 de mar 2015.

SOCIAL, Ministério Da Previdência E Assistência Social, Diretrizes e Normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Disponível em: < www.portaldatransparencia.gov.br > acesso em 3 junho 2015.

TEÓFILO, Rodolfo, **A Fome**, Fortaleza:, 1979. Disponível em <<http://www.ceara.pro.br/>> Acesso em 14 de Abril de 2015.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de, **Cultura Política e Assistência Social**, São Paulo; Cortez, 2003.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão**. São Paulo: Ática, 2000.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável aluno (a) de graduação _____, do curso de _____, que pode ser contatado pelo e-mail e pelos telefones (xx)xxxxxxxx e (xx) xxxxxxxx. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com alunos e professores, visando, por parte do (a) referido (a) aluno(a) a realização de um trabalho de conclusão de curso da disciplina de graduação intitulada “UMA ANÁLISE DO NÍVEL DE APRENDIZADO NA EDUCAÇÃO: Um estudo de caso sobre a Escola Maria Helena Moreira da Silva.”. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Fortaleza, ____ de _____ de 2015

Questões sobre as políticas públicas nos período das secas no Município de Ipu-Ce.

1. De acordo com sua vivencia e relatos de outras pessoas, o que você sabe sobre as ocorrências da seca nesse Município?
2. O que aconteceu com os residentes desse município, quais as saídas encontradas para o enfrentamento às secas dos indivíduos naquele momento?
3. Quais foram às medidas adotadas pelo Estado para amenizar a aflição causada pela seca ?
3. Surtiu efeito as assistências dadas pelo Estado?
5. Em sua opinião o que poderia ter sido feito naquela ocasião para amenizar o sofrimento causado pela seca?